

História de um naufrágio

José Luís Fiori

Carta Maior, 12 de Novembro de 2013

Os partidos socialistas e os social-democratas europeus deram uma contribuição decisiva para a diminuição da desigualdade social, e para a universalização de formas de proteção social.

“As the twentieth century was coming to a close, socialists could not but re-examine, yet again, the framework of their doctrine. They did so as they had always done: in a confuse and unco-ordinated manner, propelled by the contingency of everyday politics and the pressure of electoral consideration. They could not do otherwise. Moving forward is no guarantee of success. Standing still offers the certainty of defeat”. Donald Sassoon (1997), One Hundred Years of Socialism, Fontana Press, London, p: 754

Ao fazer o balanço do socialismo europeu, no início do século XXI, é possível extrair pelo menos três grandes ensinamentos de sua trajetória e de suas experiências governamentais, do século passado:

i) A sua identidade doutrinária foi sendo desmontada pelos próprios socialistas, através de sucessivas revisões teóricas, ideológicas e políticas de sua matriz originária, de inspiração marxista, feitas sempre em nome das “transformações do capitalismo”, e das exigências da “luta eleitoral”. Mas a lenta e progressiva “desconstrução” desta matriz não deu lugar à nenhuma outra teoria com a mesma capacidade marxista de definir objetivos, atores e estratégias, a partir de um diagnóstico de longo prazo das tendências críticas do capitalismo. Pelo contrário, estas sucessivas revisões foram criando uma verdadeira “colcha de retalhos”, que foi sendo tecida de forma pragmática, como resposta aos desafios imediatos, e como justificativa de decisões políticas conjunturais, cada vez mais contraditórias, com relação aos objetivos iniciais dos socialistas. Como vimos no artigo anterior, a primeira “rodada revisionista”, do final do século XIX, foi uma opção política pela “via eleitoral” que acabou tendo um enorme impacto estratégico e de longo prazo, porque significou, na prática, o abandono do projeto revolucionário de ruptura e superação do capitalismo, através da eliminação da propriedade privada, das classes sociais, e do estado. A segunda “rodada revisionista”, da década de 1950, por sua vez, implicou no abandono definitivo da própria ideia de uma sociedade e uma economia socialistas, e no longo prazo, significou uma opção pelo “aperfeiçoamento” ou “humanização” do próprio capitalismo. De forma que se pode considerar que a terceira grande “rodada revisionista” e neoliberal, dos anos 80 e 90, foi apenas uma culminação da decisão anterior de se adequar periodicamente às “exigências e inovações do Capital”. Pouco depois, no início do século XXI, o socialismo europeu já estava transformado numa “torre de Babel” irrecuperável.

ii) A experiência governamental do socialismo europeu foi bem menos turbulenta e inovadora do que foi sua vida doutrinária. Durante os séculos XIX e XX, os “socialistas utópicos”, de todos os matizes, e os “anarquistas”, por razões óbvias, só participaram pontualmente de alguma experiência de gestão estatal, defendendo - até hoje - várias formas de economia comunitária, cooperativa ou solidária, e várias formas políticas de democracia local, direta ou participativa. E o “socialismo soviético” simplesmente eliminou o problema da gestão estatal do capitalismo, ao coletivizar a propriedade e se propor a construção de uma economia de planejamento central. Por isto coube aos partidos socialistas e social-democratas (e de forma secundária, aos partidos comunistas) enfrentar o desafio de administrar democraticamente os estados e as economias capitalistas europeias. Neste campo, entretanto, os socialistas europeus inventaram e inovaram muito pouco com relação às políticas ortodoxas, conservadoras ou convencionais, durante suas três grandes experiências de governo, depois da Iª Guerra Mundial, nos anos 60/70, e durante a “era neoliberal”. Se pode afirmar que nunca existiu um programa de governo específico e exclusivo dos socialistas, que pelo contrário, sofreram sempre uma forte influência e muitas vezes assimilaram, pura e simplesmente, as ideias e projetos dos partidos e governos conservadores.

No campo da política econômica, por exemplo, os governos socialistas foram quase sempre ortodoxos, como no caso clássico de Rudolf Hilferding, ao assumir o Ministério da Fazenda da Alemanha, em 1928. Mas também no caso do Partido

Laborista inglês que optou em 1929 pela “visão do Tesouro”, contra a opinião liberal de John Keynes e David George, e o mesmo aconteceu com o governo social-democrata de Leon Blum, na França, em 1936. Mesmo depois da II Guerra Mundial, os social-democratas e socialistas seguiram ortodoxos, e só se “converteram” às políticas keynesianas na década de 60. Mas assim mesmo, nas crises monetárias de 1966 e 1972, os governos de Harold Wilson e Helmut Schmid voltaram rapidamente ao trilho conservador da ortodoxia monetarista. Neste sentido, como já vimos, a experiência sueca da década de 1930 foi uma exceção dentro de uma história relativamente monótona e recorrente. E ainda mais, depois da década de 80, e da adesão entusiástica dos socialistas de todos os matizes ao novo ideário neoliberal liderado e popularizado pelos governos anglo-saxões de Margareth Thatcher e Ronald Reagan.

O mesmo aconteceu no campo da política externa dos governos socialistas e social-democratas do século XX. Foi por aí que começou sua primeira grande divisão interna, por conta de sua tomada de posição frente à Iª Guerra Mundial. Mas na década de 30, as coalizões de governo com participação socialista ou social-democrata, também se dividiram frente à Guerra Civil Espanhola e aos primeiros passos da escalada nazista. E voltaram a se dividir durante a Guerra Fria, e foi só tardiamente que eles aderiram ao projeto da unificação europeia iniciado pelas forças conservadoras da França e da Alemanha. Em todo o século XX, uma das raras iniciativas realmente originais e autônomas de um governo social-democrata, no campo da política internacional, afóra a solidariedade genérica dos socialistas, com o “terceiro mundo”, foi a Ostpolitik do governo social-democrata de Willy Brandt, em 1969, que viabilizou os acordos de desarmamento, da década de 70 em 80, e iniciou o grande movimento na direção do “leste”, da Alemanha Ocidental, que acabou produzindo mudanças geopolíticas fundamentais, dentro e fora da Europa. Mas em geral se pode dizer que a política externa dos socialistas, e dos social-democratas, também se pautou pelas ideias e diretrizes dos partidos e governos conservadores, na Inglaterra, do nacionalismo gaullista, na França, e dos democrata-cristãos, na Alemanha. Esta falta de “originalidade” talvez explique porque tenha sido durante seus próprios governos que o socialismo e a social-democracia tenham se dividido de forma mais profunda e radical. Uma divisão que chegou no limite da ruptura definitiva, depois da “virada revisionista” dos anos 50, e durante os governos social-democratas que começam na década de 60. Foi o período das grandes revoltas sociais e sindicais que questionaram a estratégia e a organização da “velha esquerda” e criaram as bases dos novos movimentos sociais, com sua proposta de volta às raízes anárquicas e comunitárias do “socialismo utópico”, e sua recusa da política partidária e da participação em governos.

III) Assim mesmo, no balanço final do século XX, é fundamental reconhecer que os partidos socialistas e os social-democratas europeus, na oposição ou no governo, mais na oposição do que no governo, e sobretudo depois da II Guerra Mundial, deram uma contribuição decisiva para a diminuição da desigualdade social, e para a universalização de formas de proteção social e planejamento que haviam sido experimentadas durante a guerra. Mesmo quando estas políticas também tivessem sido apoiadas e incentivadas por vários partidos e governos conservadores. De fato, os socialistas e os social-democratas europeus só perderam definitivamente o seu rumo e a sua identidade, depois do fim da União Soviética, que havia contribuído, no período anterior, para sustentar a imagem progressista do socialismo europeu, no cumprimento de sua função, dentro da Guerra Fria, de “alter-ego crítico” e de oposição de esquerda, ao socialismo soviético.